REPÚBLICA PORTUGUESA
GABINETE DO MINISTRO DO AMBIENTE E DA AÇÃO CLIMÁTICA

Exma. Senhora
Dr.ª Catarina Gamboa
Chefe do Gabinete do Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares
Palácio de São Bento
1249-068 Lisboa

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
Ofício 178	15-01-2021		

ASUNTO: Pergunta n.º961/XIV/2.ª de 15 de janeiro de 2021, CDS-PP
Mata Nacional de Leiria

Cara Catarina,

Em resposta à Pergunta n.º 961/XIV/2.ª de 15 de janeiro de 2021, formulada pelas Senhoras Deputadas Cecília Meireles e Ana Rita Bessa e pelos Senhores Deputados João Gonçalves Pereira, João Pinho de Almeida e Telmo Correia do Grupo Parlamentar do CDS-Partido Popular (CDS-PP), encarrega-me o Senhor Ministro do Ambiente e da Ação Climática de transmitir o seguinte:

1.Considerando a gravidade das Conclusões e Recomendações plasmadas no Estudo Técnico Sobre a Recuperação da Mata Nacional de Leiria Após os Incêndios de Outubro de 2017, realizado pelo Observatório Técnico Independente, que medidas vai V. Exa tomar, e quando, para alterar o atual modelo de gestão da Mata Nacional de Leiria?

1.A área governativa do Ambiente e da Ação Climática tomou em devida conta as recomendações do Observatório Técnico Independente no estudo técnico que realizou sobre a "Recuperação da Mata Nacional de Leiria após os incêndios de outubro de 2017".

No entanto, esta área governativa não pretende alterar o atual modelo de gestão da Mata Nacional de Leiria (MNL), encontrando-se empenhado na total recuperação da MNL através dos investimentos realizados e a realizar e do reforço da capacitação do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. (ICNF).

Em novembro e dezembro de 2017 o ICNF elaborou e foi aprovado um plano de intervenção na área ardida na MNL que visou preparar a área para ser recuperada, com base nas orientações do Programa de Recuperação das Matas Litorais da autoria da Comissão Científica.

A intervenção estabeleceu a prioridade de corte e remoção do arvoredo queimado, implicando a sequência das operações de alienação, corte e extração do arvoredo.

Para tal teve em consideração parâmetros de risco fitossanitário, valor e de localização, assim como de aproveitamento para os sectores de transformação do pinho.

A área delimitada para corte da madeira queimada e respetiva alienação totaliza 5 352 ha, tendo sido alienados, até ao momento, 5 285 ha da área total prevista (99% do previsto), o que está em linha com o plano gizado no final de 2017, quer ao nível do tempo, quer ao nível da área de intervenção.

Acresce que, em 13/10/2018, a área litoral da região Centro foi atingida com especial severidade pela tempestade Leslie, que causou avultados danos nos povoamentos florestais não ardidos das matas litorais afetadas pelos incêndios do ano anterior e outras mais.

Este fenómeno meteorológico provocou a queda e danos em dezenas de milhares de árvores da MNL e obrigou o ICNF a implantar um programa suplementar de exploração florestal para além da exploração florestal do arvoredo queimado, o que fez deslocar a força de trabalho e o interesse comercial de algumas das empresas de exploração florestal para o material afetado pela tempestade e abrandou o ritmo de exploração do arvoredo queimado.

O plano delineado para a rearborização das áreas ardidas nas Matas Litorais está sustentado nas conclusões e orientações que constam do Programa de Recuperação das Matas Litorais da autoria da Comissão Científica que foi constituída pelo anterior Governo para esse efeito.

Em termos simplificados, a rearborização florestal da área ardida será alcançada através de ações de sementeira ou plantação e de aproveitamento da regeneração natural de pinheiro bravo, sendo utilizadas outras espécies em locais onde as condições de solo e água o permitam.

A área identificada para plantação corresponde maioritariamente a parcelas de terreno que à data do incêndio estavam sem arvoredo ou ocupadas por povoamentos florestais de pinheiro bravo, com idade inferior a 20 anos, situações onde o banco de sementes existente no solo é reduzido e não permite a viabilidade de regeneração natural (sendo estes alvo de projetos de reflorestação).

Nas restantes áreas afetadas, o ICNF, implementou um programa de monitorização da dinâmica de regeneração natural de pinheiro bravo. Face aos resultados que estão a ser recolhidos, serão promovidas as intervenções adequadas para consolidação do repovoamento florestal dessas áreas através do aproveitamento assistido da regeneração natural.

No seguimento deste procedimento de monitorização já foram delimitados 1 777 ha de estações florestais com parâmetros (densidade, vigor e dispersão) normais para a regeneração natural de pinheiro bravo e suficientes para que esses espaços possam ser intervencionados, a partir do início de 2022, com operações adequadas para o seu aproveitamento.

O plano de investimentos para o período 2018-2024 estabelece intervenções em cerca de 11 000 ha e 38 km de rede viária, e um investimento de 10 M€.

Entre as ações executadas e a executar refere-se a rearborização de áreas ardidas, o aproveitamento da regeneração natural, a recuperação de áreas afetadas pela tempestade Leslie, o controlo de plantas invasoras, a prevenção de pragas, a gestão de combustível nas áreas não ardidas, e a beneficiação da rede viária e divisional. Entre as ações a realizar em 2021 refere-se a recuperação de sinalética, painéis informativos, miradouros, parques de lazer, trilhos e o restauro de habitats.

As estratégias de controlo e contenção da área colonizada por espécies invasoras, das quais destacamos para a MNL as plantas do género Acacia, devem ser suportadas em operações que contemplem ações diversificadas e complementares, dada a capacidade de recuperação destas espécies ser significativamente superior à capacidade das especeis botânicas autóctones.

Sublinha-se que o ICNF, adotou uma posição ativa relativamente às espécies invasoras, estando a atuar no terreno com ações concretas de controlo (género Acacia), como é o caso dos dois projetos PO SEUR que se encontram em execução na MNL.

Estes projetos visam realizar a gestão de combustíveis em 525 ha da MNL (nas tipologias de Rede Primária de Faixas de Gestão de Combustível e de Mosaicos de Parcelas de Gestão de Combustível) e resultam, no essencial, no corte e redução a estilha de exemplares de *Acacia*.

A superfície total da MNL que está a ser objeto destas operações supera os 2 300 ha, se também se considerar a área contratada para recuperação dos efeitos da tempestade Leslie (355ha) e a área ardida que está a ser plantada (1482ha) ao abrigo de projeto em execução.

Estas medidas obedecem à estratégia de intervenção que dá primazia a operações de controlo de espécies invasoras em associação com operações de beneficiação da área não ardida e de rearborização da área ardida, dado o sucesso dessas medidas estar diretamente dependente da existência ou da (re) introdução de espécies arbóreas com capacidade de concorrência e competição com a *Acacia* spp.

Deve ser também relevado que, no segundo semestre de 2019 foi efetuada a inventariação e controlo da *Cortaderia selloana* (erva das pampas) na MNL, procedendo-se à erradicação, através do arranque de dezenas de indivíduos e também ao corte e remoção de centenas de plumas, para evitar a dispersão de sementes na fase inicial de invasão. Na época estival de 2020, procedeu-se a nova operação de remoção de plumas e ao registo das coordenadas de localização das plantas, para que durante a época de inverno se proceda ao arranque de um número significativo de exemplares de erva-das-pampas.

Como nota final importa notar que a MNL é, desde 2015, área de controlo natural (biológico) de *Acacia longifolia* (acácia de espigas) com *Trichilogaster acaciaelongifoliae* (vespa galhadora australiana), sob controlo e supervisão do Centro de Ecologia Funcional da Universidade de Coimbra e da Escola Superior Agrária de Coimbra.

A identificação de locais sensíveis a fenómenos erosivos em espaço dunar e a definição das técnicas e dos recursos adequados à implementação de medidas conformes de estabilização de emergência pós-incêndio, foi uma tarefa iniciada assim que foram concluídos os trabalhos de rescaldo na Mata Nacional de Leiria e registou o apoio - científico e técnico - de docente do Departamento de Ciências Florestais e Arquitetura Paisagista da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e de investigadora do Laboratório de Ecologia Fluvial da mesma Universidade.

Neste contexto de relações e apoios, foi identificada uma secção do Ribeiro de Moel numa situação de tal modo sensível que justificava a aplicação de técnicas de estabilização de emergência dedicadas.

Essa secção localiza-se junto à Ponte de S. Pedro (EN 242-2) e prolonga-se para montante numa extensão de aproximadamente 1 km, perfazendo cerca de 4,07 ha para intervenção (compreendendo esta o curso, as margens e os taludes da linha de água).

O documento de suporte à ação foi aprovado em 04/12/2017 e a execução das operações preconizadas decorreu entre 19 e 21/12/2017 e envolveu meios e recursos do ICNF da GNR-GIPS, da ANPC-FEB e da Câmara Municipal da Marinha Grande.

Para complemento, e em simultâneo com a execução destas operações, foi realizada a plantação, por estacaria, de 145 *Salix* spp., 45 *Populus nigra* e 25 *Alnus glutinosa*.

Em 7/01/2018, a Comissão Popular "O Pinhal é Nosso" realizou no mesmo local uma ação de voluntariado, articulada previamente com o ICNF, orientada para o controlo de invasoras lenhosas e para a remoção de resíduos e entulho que se encontravam depositados ao longo do corredor ripícola.

A 25/02/2018 a Comissão Popular "O Pinhal é Nosso" dedicou nova ação de voluntariado a esta secção do Ribeiro de Moel com o propósito de executar a plantação de 4 000 plantas, de 16 espécies arbóreas.

A visitação técnica frequente a todos os espaços da MNL não constatou perdas de solo com significado, para além do transporte eólico de areias, no início de 2018, em alguns talhões e parcelas ardidas que não eram revestidas de vegetação arbórea à data do incêndio.

A avaliação realizada (2019) ao cordão dunar não revela quaisquer dinâmicas de recuo de costa ou de transporte de areias com significado que permita concluir por situação de risco sensível ou relevante.

Quanto ao Biótipo Corine identificado na MNL, inclui o local com a toponímia de "Samouco" e abrange uma superfície total de 832,8 ha e foi percorrido em cerca de 68% (566,1 ha) da sua área total pelo incêndio rural de 15/10/2017.

Dentro do Biótipo Corine encontram-se definidos, de acordo com o Plano de Gestão Florestal da MNL, os seguintes espaços florestais, a saber:

- espaço florestal de proteção da orla costeira, que se localiza na faixa de 500 m coincidente com a área da Mata inserida no POOC;
- espaço florestal de proteção tipo I, que corresponde à área da Mata arborizada mais recentemente (séc. XX);
- espaço florestal de proteção do cordão dunar, que se prolonga pelo topo e vertente nascente do cordão dunar que se desenvolve paralelo à linha de costa e a 2 km desta;
- espaço florestal de produção, que tem como função principal a produção de madeira.

A área ardida dentro dos limites do Biótipo Corine da MNL engloba 18,4 ha de superfície afeta a infraestruturas e ao antigo areeiro e contém espaços florestais de proteção do tipo I (405,5 ha), de proteção do cordão dunar (72,5 ha) e de produção (69,7 ha), sendo de relevar que todos estes espaços são caracterizados, em praticamente toda sua extensão e em contexto de classificação para a conservação da natureza, pelo Habitat "Dunas com florestas de Pinus pinaster".

A MNL dispunha, à data de ocorrência dos incêndios de 15/10/2017, de um Plano de Gestão Florestal em vigor, aprovado em 29/05/2012.

Na sequência dos complexos de incêndios que atingiram a MNL, foi constituída em 22/01/2018 a "Comissão Científica do Programa de Recuperação das Matas Litorais", composta por representantes de sete Instituições do Ensino Superior e de um Organismo de Investigação do Estado, com a missão de produzir e partilhar informação técnica e científica relativa à gestão das matas litorais e à melhoria da capacidade das entidades gestoras, na execução das operações de estabilização de emergência, reabilitação de habitats e recuperação das matas litorais afetadas pelos grandes incêndios de 15 de outubro de 2017.

A atividade da Comissão Científica culminou com a entrega, no final do ano de 2018, do Relatório do Programa de Recuperação das Matas Litorais, disponível no sítio eletrónico do ICNF, recomendando que os Planos de Gestão Florestal (PGF) a elaborar para as Matas Litorais fossem flexíveis, de modo a permitir uma gestão adaptativa.

Mesmo nas recomendações subscritas pela Comissão Científica, há um conjunto de propostas de intervenção que reconhecem e validam os procedimentos e as metodologias implementadas pelo ICNF em vários domínios de atividade: das medidas de estabilização de emergência praticadas no final de 2017, à estratégia de repovoamento florestal e ao sistema de monitorização da exploração florestal que foi desenvolvido no primeiro trimestre de 2018.

Atendendo que a estratégia definida para a recuperação da área ardida na Mata Nacional de Leiria assenta, dominantemente, no aproveitamento da regeneração natural, pelo que a elaboração do Plano de Gestão Florestal (PGF) deve ser suportada em indicadores seguros para a validação das áreas onde essa estratégia pode ser efetivamente implementada, que ficarão estabilizados no fim da próxima época de primavera/verão.

Acresce que os outros pilares da estratégia de recuperação, defesa e valorização da MNL, que são convergentes com as recomendações da Comissão Científica, não são prejudicados pelo hiato de tempo necessário para monitorizar, avaliar e concluir sobre o processo de repovoamento florestal da área ardida.

O ICNF, está assim na fase de início de elaboração de proposta de PGF para a MNL, que será objeto de discussão pública tal como propõe a Comissão Científica, sendo que está ainda a decorrer o prazo legal determinado para a revisão do PGF (prazo de 3 anos após a aprovação do PROF do Centro Litoral).

A área governativa do Ambiente e da Ação Climática, está totalmente empenhada no reforço da capacitação do ICNF, tanto a nível técnico, operacional e mecânico, dotando o ICNF, de todas as condições para o cumprimento das suas responsabilidades.

De facto, os últimos 5 anos são absolutamente marcantes no investimento que o anterior e o atual Governo têm realizado no ICNF, sem que parte destes recursos, estão ou serão afetos à MNL.

- No âmbito da LOE 2021, autorização para contratar, por tempo indeterminado, 25 assistentes operacionais, 25 técnicos superiores e 20 médicos-veterinários.
- Em setembro de 2020 foi aberto procedimento concursal para o preenchimento de 25 postos de trabalho da carreira e categoria de técnico superior, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, destinado a candidatos/as com ou sem vínculo de emprego público.
- Foi registado elevado número de candidaturas, encontrando-se o processo de seleção em curso.
- Em outubro de 2020 foi publicado o procedimento concursal para preenchimento de 82 postos de trabalho da carreira e categoria de técnico superior, destinado a candidatos com vínculo de emprego público.
- Foi registado elevado número de candidaturas, encontrando-se o processo de seleção em curso.
- Em julho de 2020 foi publicado o concurso externo de ingresso para preenchimento de 100 postos de trabalho para sapadores bombeiros florestais que serão integrados na Força de Sapadores Bombeiros Florestais.
- Foi registado elevado número de candidaturas, encontrando-se o processo de seleção em curso.
- Em julho de 2020 assinaram contratos os 50 CNAF, alocados ao Parque Nacional da Peneda-Gerês.
- No âmbito do projeto de mecanização do Programa de Sapadores Florestais: Em 2019, o ICNF preparou uma candidatura ao POSEUR e ao Fundo Florestal Permanente (9 M€) que permitiu a aquisição de um conjunto significativo de máquinas e de equipamentos.
- A 29 de julho de 2020 foi concretizada a Abertura de Aviso-Convite "Mecanização das equipas de sapadores florestais", dirigido ao ICNF, no montante de 3 M€, para aumentar a eficiência do Programa de Sapadores Florestais, designadamente na instalação e manutenção da rede primária de defesa da floresta contra incêndios, na instalação e manutenção dos mosaicos de parcelas de gestão de combustível, assim como nas ações de estabilização de emergência pós- incêndio.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete

Fernando Carvalho

LM/EA